



**ACÓRDÃO Nº 237/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1540/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP.
- 4- **Advogado:** Não possui
- 5- **Exercício:** 2014.
- 6- **Responsável:** Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias, ex-gestor.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 427/2017-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 532/533).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP. Exercício 2014.

*Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Recomendações. Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anuais da Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP, referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96;
- 10.2- **Aplicar Multa** ao Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias, no montante de **R\$ 2.200,00** (dois mil e duzentos reais), em razão das restrições nº 6.3, 6.10 e 6.14 constantes no Relatório Conclusivo nº 160/2016-DICOP e das restrições nº 7.5.a e 7.5.b do Relatório Conclusivo nº 001/2017-DICAD/MA, nos termos do parágrafo único do art. 53 da Lei Estadual nº 2423/96, valor atualizado pela Resolução nº 25 de 30/08/2012, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ;
- 10.3- **Conceder o prazo de 30 (trinta) dias** ao Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias, para recolher o valor constante no item 2 desta decisão, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 76 da Lei nº 2.423/96, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi*, o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal;



**ACÓRDÃO Nº 237/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.4- Recomendar** à Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP que:

- 10.4.1-** Quando da realização de reajustes de valores de contratos, faça constar na instrução dos processos administrativos o memorial de cálculo correspondente;
- 10.4.2-** Quando da realização de contratação por Dispensa de Licitação, faça constar na instrução do processo administrativo a publicação de seu respectivo Despacho no Diário Oficial do Município de Manaus;
- 10.4.3-** Envide esforços no sentido de realizar controle mais efetivo no Setor de Almoxarifado do Órgão;
- 10.4.4-** Quando da realização de Doação de Bens Públicos, faça constar na instrução do processo administrativo o Termo de Doação de Bens Públicos, para melhor controle e organização, a fim de demonstrar a avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica (art. 17, inciso II, alínea a, da Lei nº 8666/93).

**10.5- Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno – SEPLENO que adote as providências previstas no artigo 161 e 162, § 1º, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM;

**10.6- Arquivar** os autos nos termos regimentais, após o cumprimento dos itens acima.

**11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Abril de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente em sessão) , Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.

**13.1- Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno)

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JULIO CABRAL**

Conselheiro-Presidente em sessão

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral